



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FRANCA / SP

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE 2025 – BIÊNIO 2025/2027

Ata da reunião ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FRANCA, realizada no dia onze de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, de forma híbrida, presencialmente na sala dos Conselhos da SME e online, através do link: <https://meet.google.com/mcx-zsbj-baj>, conforme convocação enviada no grupo de WhatsApp aos conselheiros e publicada no site do Conselho. A reunião teve início, em primeira convocação, com a participação dos conselheiros titulares e suplentes, conforme lista de presença, bem como de convidados e demais interessados, sob a condução da Sra. Maria Luiza Franco Nery Rodrigues, vice-presidente deste colegiado.

EXPEDIENTE E ORDEM DO DIA: 1º Justificativa de ausência dos conselheiros:

As justificativas de ausência foram apresentadas previamente no grupo de WhatsApp.

2º Aprovação da ata do mês de maio de 2025: A ata foi disponibilizada previamente no grupo do CME para apreciação, conforme explicado pela Sra. Maria Luiza, sempre com a devida antecedência, para leitura dos membros e posterior aprovação em reunião. Após discussão, a ata do mês de maio de 2025 foi lida e aprovada. **3º Relatório verbal formação CECATE - Sudeste em São Carlos (Participantes Sra. Georgina CACS- Fundeb, o Sr. Reinaldo CME, Eliéser SME.** (Participantes: Sra. Georgina - CACS-Fundeb; Sr. Reinaldo - CME; Sr. Eliéser - SME).

A Sra. Maria Luiza iniciou sua fala realizando uma breve explicação sobre a formação técnica voltada aos presidentes e membros de Conselhos Municipais de Educação, cujo tema central foi o transporte escolar. Na sequência, o conselheiro Reinaldo relatou sua participação na referida formação, explicando que o evento foi dividido em duas etapas. Informou que o CECATE-Sudeste, órgão administrado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), promoveu palestras e momentos de troca de experiências entre os conselheiros presentes. Ressaltou que, durante os diálogos, constatou-se que o município de Franca é privilegiado em termos de infraestrutura do conselho, uma vez que, em muitos municípios, os conselhos ainda não possuem nem mesmo sala própria ou equipamentos para suas reuniões. Na segunda etapa da formação, foram oferecidas orientações sobre o PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Reinaldo destacou que, em Franca, a realidade da aplicação dos recursos do transporte escolar é diferenciada, e convidou o Sr. Eliéser para fazer os esclarecimentos técnicos. Aproveitou para compartilhar que a formação evidenciou os grandes desafios enfrentados por regiões rurais, nas quais há muito sofrimento em razão da precariedade do transporte. Informou que, no período da tarde, o Sr. Eliéser participou de um curso específico sobre o sistema próprio de transporte escolar, enquanto ele e a conselheira Georgina participaram de um momento de partilha de experiências sobre a atuação dos conselhos e estratégias para fortalecer sua participação nas políticas públicas locais. Reinaldo concluiu reforçando que o colegiado de Franca é privilegiado por ser ouvido e valorizado pela administração municipal. Na



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FRANCA / SP

sequência, o Sr. Eliéser fez uso da palavra, agradecendo o convite e manifestando sua satisfação em participar da reunião, destacando que essa era sua primeira participação no CME, visto que atua regularmente no Conselho do FUNDEB, onde realiza a prestação de contas da verba do PNATE. Explicou que este evento deixou evidente aquilo que há algum tempo já se percebe na prática: o governo federal tem transferido, progressivamente, responsabilidades aos municípios, sem o devido repasse dos recursos necessários para a execução dessas atribuições. Exemplificou esse cenário citando o ensino superior, que legalmente não é de responsabilidade municipal, mas cujas demandas muitas vezes acabam recaindo sobre os municípios. Sobre o PNATE, informou que Franca recebe, em média, entre R\$120 mil e R\$150 mil anuais, valor insuficiente para cobrir os custos do transporte escolar. Ressaltou que essa verba é exclusiva para o transporte de alunos da zona rural matriculados na rede municipal, sendo vedado o uso para transporte de alunos da rede estadual. No evento, foi apresentada a entrega de veículos, e Franca recebeu dois veículos do programa “Caminho da Escola”, que são utilizados atualmente para transporte extracurricular. O município atende, atualmente, 62 rotas escolares, abrangendo cerca de 1.200 alunos, dos quais aproximadamente 850 são da zona rural. Os demais são atendidos por meio de convênios com a APAE, CEI, EJA, rede estadual de ensino e educação especial. O serviço de transporte escolar em Franca é 100% terceirizado desde 2007, o que, segundo Eliéser, permite eficiência e controle adequado dos recursos públicos. Para atender às exigências legais, seria necessário manter uma frota própria com mais de 50 veículos novos, pois, segundo a legislação, os veículos não podem ultrapassar 10 anos desde o ano de fabricação, além de motoristas e monitores, o que representaria um custo superior ao da terceirização. A fiscalização do serviço é feita por gestores, pais e alunos, com índice de satisfação de 70%, e busca-se constantemente a melhoria do atendimento, reconhecendo-se que é difícil atender plenamente a todos. O Sr. Eliéser informou que o custo estimado anual com transporte escolar ultrapassa os R\$ 10 milhões, sendo que cerca de R\$ 2 milhões são provenientes do município e o restante de convênios com o Estado. O modelo de terceirização permite a comprovação das despesas por meio de notas fiscais, o que viabiliza a utilização quase integral da verba, diferentemente da frota própria, na qual não é possível comprovar gastos com recursos humanos. Destacou a parceria eficiente entre a Prefeitura e a Diretoria de Ensino, que tem permitido o atendimento igualitário aos alunos das redes municipal, estadual e conveniadas. Todos os alunos que se enquadram nos critérios estabelecidos — como morar na zona rural, possuir mobilidade reduzida, ser cadeirante ou residir a mais de 2 km da unidade escolar — têm direito ao transporte escolar. A Sra. Maria Luiza complementou, reforçando a importância do preenchimento correto do Censo Escolar e da geolocalização dos estudantes, para que todos os alunos que necessitem do serviço e atendam aos critérios elegíveis sejam adequadamente atendidos. O Sr. Reinaldo questionou sobre o montante total de recursos destinados ao transporte escolar. O Sr. Eliéser respondeu que o valor gira em torno de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 10 milhões oriundos de convênios com o Estado, R\$ 2 milhões do município, além de recursos próprios utilizados para o transporte de alunos da APAE, CEI, EJA e atividades extracurriculares. O Sr. Augusto completou sua fala atualizando os valores, informando



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FRANCA / SP

que todo o setor tem um custo aproximado de R\$4 milhões. Informou ainda que o setor de transporte da Secretaria Municipal de Educação também é responsável por toda a logística da pasta, como o transporte de profissionais, entrega de merenda, mobiliário escolar e outros serviços. Parte dessas ações também é terceirizada, em razão da insuficiência de mão de obra. O conselheiro Sr. Marcos elogiou o trabalho realizado, demonstrando surpresa com a eficácia da terceirização. Eliéser explicou que a fiscalização contínua garante a eficiência dos serviços prestados à população. Por fim, foi destacado que os pontos de embarque dos alunos devem seguir a legislação vigente, respeitando a distância máxima de 2 km entre a residência e a escola ou ponto de embarque, e que o bom senso da comunidade é essencial para garantir o bom funcionamento do sistema. O Sr. Eliéser compartilhou ainda alguns casos concretos, ilustrando os desafios enfrentados no cotidiano da gestão do transporte escolar. A Sra. Maria Luiza, ao final das explicações, agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Sr. Eliéser, destacando a complexidade e a quantidade de ações envolvidas até que o aluno tenha efetivamente acesso à sala de aula. Reconheceu o empenho da equipe de transporte escolar diante dos inúmeros desafios enfrentados e registrou sua gratidão pelo trabalho realizado, assim como pela disponibilidade do Sr. Eliéser em comparecer a esta reunião do colegiado e compartilhar informações tão relevantes para a compreensão do tema.

4º Ofícios recebidos e enviados: Neste mês, foi recebido o ofício do CONSEG referente à solicitação de indicação do conselheiro Marcos. O Sr. Reinaldo tomou a palavra para tratar do documento, que foi redigido com a finalidade de apresentar uma proposição ao COMSEG (Conselho Municipal de Segurança). Durante a discussão, o Sr. Reinaldo solicitou esclarecimentos à Sra. Maria Luiza (Malu), secretária do conselho, que ressaltou a importância de se verificar o embasamento legal para a indicação de um membro do CME ao COMSEG. Destacou que tal solicitação deve ser feita de forma institucional e genérica, ou seja, solicitando a indicação de um representante do conselho, e não de um conselheiro específico. Finalizou informando que a legalidade da solicitação deve ser reafirmada com embasamento legal, a fim de garantir que o processo ocorra conforme os dispositivos legais vigentes.

5º Abertura da pauta: A Sra. Maria Luiza compartilhou com os presentes um texto enviado pelo conselheiro Sr. Álvaro, intitulado "*Infância Interrompida*", de autoria do conselheiro corregedor do Tribunal de Contas, Dimas Ramalho. O texto trata dos índices alarmantes de alfabetização funcional no Brasil, trazendo uma reflexão sobre a seriedade das desigualdades sociais no acesso à educação. Em seu comentário, a Sra. Maria Luiza ressaltou a importância da alfabetização na idade certa, compreendida entre os 4 e 8 anos de idade, período em que o cérebro está especialmente preparado para aprender a ler e escrever. Salientou que, caso esse processo não ocorra nessa etapa, torna-se essencial a oferta da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) como forma de garantir o direito à aprendizagem. Pontuou ainda que esses índices estão sendo considerados na construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), reforçando a necessidade de valorizar todas as modalidades de ensino. Conforme mencionado em nota técnica citada no vídeo do movimento "Todos pela Educação", é fundamental compreender que não basta universalizar o acesso à escola se não houver democratização das



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FRANCA / SP

oportunidades de aprendizagem com qualidade. Finalizou agradecendo a presença de todos e destacando a relevância da participação do colegiado nas reflexões sobre o presente e o futuro da educação. Sem mais, ao término da reunião, eu, Luciana Conceição da Silva, 1ª secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo presidente.

REINALDO CÉLIO RODRIGUES
Presidente

LUCIANA CONCEIÇÃO DA SILVA
Primeira Secretária